

## DECLARAÇÃO DE SETÚBAL

*Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania*

**30 e 31 de março de 2017**

A *Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania* reuniu na cidade de Setúbal, nos dias 30 e 31 de março de 2017, numa organização conjunta da Câmara Municipal de Setúbal, Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Instituto Politécnico de Setúbal, Fórum Europeu de Segurança Urbana e o Alto Patrocínio do Presidente da República Portuguesa.

Os trabalhos da *Conferência* foram distribuídos por quatro sessões plenárias, doze sessões temáticas e seis sessões de comunicações livres.

A *Conferência* adota a seguinte **Declaração**.

A trilogia Riscos-Segurança-Cidadania protagoniza uma hierarquia de valores marcantes na dinâmica funcional das sociedades contemporâneas. Por isso, importa encontrar respostas eficazes e eficientes que reforcem a resiliência das comunidades, dos países e das populações face à multiplicidade de ameaças a que estão expostas.

As situações de emergência têm vindo a aumentar em quantidade e complexidade, sendo cada vez mais elevado o número de pessoas vítimas do novo quadro de insegurança com que as sociedades se confrontam, potenciado pelo ambiente geoestratégico internacional, pela revolução tecnológica, pelas alterações climáticas, pelas assimetrias sociais, pelas pandemias, pelos fluxos populacionais massivos e desordenados, pela criminalidade internacional organizada, entre outros fenómenos de disrupção social, conectados com estes.

É neste contexto que emerge o conceito de segurança humana. Este conceito centra-se no ser humano como referência axial das relações internacionais e procura agir sobre as causas estruturais da segurança, em nome da dignidade e da emancipação das pessoas.

Correlacionada com a ideia de segurança humana está a noção de vulnerabilidade humana, permitindo ler as ameaças e perigos que afetam cada indivíduo de uma forma ampla e integrada, nomeadamente no que se refere a problemas económicos, culturais, políticos e de saúde pública, entre outros.

A nova realidade global caracteriza-se pela necessidade da existência de sociedades interconectadas e em rede, em que as questões de segurança deixem apenas de poder ser trabalhadas internamente por cada Estado.

As comunidades políticas organizam-se com vista a assegurarem aos seus cidadãos o bem-estar e a segurança, numa relação virtuosa.

As autarquias locais são elementos estruturantes da organização do poder político, constituindo-se em fator determinante para o funcionamento das instituições democráticas.

As instituições do Poder Local não alienam a sua capacidade de intervenção na resolução de problemas locais, sendo certo que só com a sua atuação as necessidades das populações podem ser cabalmente asseguradas.

Pela sua proximidade, sendo os municípios instituições com capacidade de reunir esforços, gerar sinergias e cumplicidades, são os atores ideais na criação de condições para que a trilogia inspiradora desta *Conferência* se efetive, com base na criação de redes e canais de cooperação entre as diferentes instituições e cidadãos, construindo um projeto sustentável de resiliência comunitária.

As entidades privadas, em particular aquelas que são detentoras de meios de produção em que existem riscos para a segurança das pessoas e também riscos que colocam em causa a própria continuidade do negócio, devem também assumir com maior intensidade responsabilidades em matéria de prevenção e redução do risco de catástrofes.

A participação dos cidadãos é fator essencial neste processo, para moderar vontades, articular saberes, potenciar recursos, minimizar riscos e construir segurança.

Invocando o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030

aprovado na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, realizada na cidade de Sendai, Japão de 14 a 18 de março de 2015;

Destacando a relevância dos princípios, prioridades e metas definidas até 2030, particularmente focadas na redução dos riscos de desastres e perdas de vidas, meios de subsistência, ativos económicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades e países;

Reconhecendo a importância decisiva da articulação entre as ações de nível global, nacional, regional e local, para enfrentar os desafios e ameaças que exigem respostas mais versáteis e eficazes a questões estratégicas do interesse comum;

Enfatizando o papel dos cidadãos, das organizações da sociedade civil, das universidades e dos agentes económicos na construção de sociedades mais resilientes;

A *Conferência* sublinhou de forma reiterada:

1. A centralidade da pessoa humana;
2. A universalidade, transnacionalidade e diversidade dos riscos;
3. A interdependência das componentes da segurança;
4. A importância mobilizadora da participação dos cidadãos;
5. A necessidade da mobilização da comunidade científica e da produção de conhecimento;
6. A urgência da assunção de uma nova cultura de exercício do poder, à escala global, baseada na ética dos valores humanistas; na subordinação do poder económico ao poder político; na supremacia dos interesses coletivos; no respeito pelo ambiente; na luta contra todas as manifestações de barbárie, violadoras dos Direitos Humanos e do Estado de Direito, em razão de causas políticas, ideológicas, religiosas, étnicas ou outras.

Tendo em conta o êxito desta Conferência e a oportunidade que ela representou para o debate livre, multidisciplinar e informado das temáticas dos Riscos, da Segurança e da Cidadania, a Comissão Organizadora propõe que esta conferência volte a ser realizada em Setúbal e que, até lá, tenha continuidade num processo de monitorização permanente dos temas debatidos e outros, afirmando Setúbal como cidade de vanguarda na construção da resiliência, através da parceria instrumental do Poder Local Democrático, com a Sociedade Civil, as Universidades e Politécnicos e o apoio dos agentes económicos.

**Setúbal, 31 de março**